



ORIENTE MÉDIO

Um mosaico de desafios para Trump

A caminho de um acordo para encerrar a guerra com o Irã, o presidente dos Estados Unidos se vê às voltas com os desdobramentos do conflito para seus aliados e para a geopolítica da região

» SILVIO QUEIROZ

Na expectativa pela conclusão de um acordo inicial para encerrar o conflito que iniciaram com o Irã — um memorando de entendimento, na linguagem oficial —, os Estados Unidos começam a se debruçar sobre o cenário que três meses de hostilidades, mais intensas nos primeiros 40 dias, desenha para o Oriente Médio no futuro imediato e em prazo mais longo. Sem ter alcançado o objetivo de tirar do caminho o regime islâmico de Teerã e resolver o impasse em torno de seu programa nuclear, Donald Trump se vê às voltas com as ambições de Israel, parceiro de primeira hora nos ataques, e as preocupações das petromonarquias aliadas do Golfo Pérsico, alvo de retaliações pelo apoio de retaguarda às forças norte-americanas.

O duelo de versões em torno dos detalhes finais do documento ilustra o mosaico de incógnitas que tornam a saída da guerra uma equação desafiante para os planejadores da política externa em Washington. Enquanto meios iranianos davam a entender que os termos do acordo incluiriam a suspensão dos ataques de Israel ao Líbano, tendo como alvo a milícia xiita Hezbollah, fontes israelenses sustentavam que um cessar-fogo na frente libanesa estaria condicionado ao desarmamento do grupo. A controvérsia se estendia às instalações nucleares do Irã e ao destino a ser dado ao estoque de 440kg de urânio altamente enriquecido. O próprio Trump, em suas redes sociais, esbravejou contra o que classificou como “fake news” e “conduta desonrosa” atribuída aos negociadores iranianos.

“Trump não tem uma ideia clara do que fazer com o Irã. Foi surpreendido, desde o início dos conflitos, pela capacidade de resistência e até de contra-ataque do regime islâmico”, analisa o professor de relações internacionais Juliano Cortinhas, da UnB. “O fechamento do Estreito de Ormuz era algo sobre o que não se pensava, tanto que não havia um cenário claro, uma resposta pronta. Isso impactou

Bahrain TV/AFP



Impacto de ataque do Irã ao Bahrein, que abriga uma das principais bases dos EUA na região: vizinhos pressionam Washington por fim da guerra

muito a economia dos EUA”, observa. “Por todas as medidas, decisões e falas de Trump, principalmente no começo da guerra, sobre quais eram os objetivos, e agora, com os anúncios que faz quase diariamente, de que o acordo está para ser fechado, ou que vai atacar, para depois voltar atrás, fica cada vez mais claro que ele não tem ideia de como conduzir a guerra”, concorda Gunther Rudzitz, titular da mesma cadeira na ESPN.

Roberto Goulart Menezes, professor titular do Instituto de Relações Internacionais (Irel) da UnB, chama a atenção para a intenção, manifestada pelo presidente dos EUA, de “assumir o controle sobre o petróleo iranianos”, nos moldes do que alega ter

feito com a Venezuela. “Isso mostra que a relação dos EUA com o Oriente Médio tende a ser na base do porrete. Ou seja: ele quer, pura e simplesmente, dominar o Irã”, aponta Menezes. “Isso tende a redesenhar o mapa geopolítico da região”.

O estudioso do Irel destaca as implicações do conflito para os países do Golfo Pérsico que abrigam bases e instalações militares norte-americanas, como Arábia Saudita, Kuwait, Bahrein e Emirados Árabes Unidos. “A estratégia do Irã, desde o início, tem sido levar a guerra também para os aliados dos EUA na região”, lembra. “Ele bombardeia o Bahrein, bombardeia o aeroporto de Doha, que é um dos grandes nós aeroviários do

mundo, e com isso os EUA sentem a pressão dos países vizinhos, porque isso interfere tanto na exportação de petróleo deles quanto em outras atividades econômicas.” Ao contrário de Israel, porém, “eles pressionam, mas não entram na guerra”.

O primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, visto por muitos observadores como o aliado que teria convencido Trump a iniciar a guerra, em 28 de fevereiro, aparece cada vez mais como outra variável a ser equacionada pela Casa Branca. “Vai ficando patente que Israel é que tem um projeto, o do Grande Israel, de estender seu território. Trump está encontrando dificuldades em convencer

Netanyahu a recuar em suas posições”, analisa Menezes. “Ele está em uma enrascada muito grande. Poucos meses para as eleições de novembro, que vão renovar toda a Câmara e uma parte do Senado, e portanto podem mudar a correlação de forças dentro dos EUA. Ele corre contra o tempo para tentar encerrar a guerra”.

“Toda essa dinâmica demonstra que não há um plano claro”, reforça Juliano Cortinhas. “E isso tem um preço muito alto para todo mundo, já que as decisões de Trump afetam o sistema internacional e o equilíbrio de poder no mundo. Na minha visão, ele está acelerando a derrota dos EUA”.

Duas perguntas para

ROBERTO GOULART MENEZES, professor titular do Instituto de Relações Internacionais da UnB



O avanço militar no Líbano fortalece a posição geopolítica de Israel no Oriente Médio ou, ao contrário, coloca o país na posição de se envolver em um conflito sobre o qual não tem condições reais de influir?

Embora Israel tenha demonstrado, desde o governo de Joe Biden, alguma autonomia frente aos EUA, tentando levar adiante os próprios planos, o fato é que Trump disse recentemente que é ele quem manda, que Netanyahu não manda em nada. Ele procurou demonstrar que, embora Netanyahu tenha esse apetite pela guerra, o fato é que a autonomia de Israel não é suficiente para levar adiante esses planos e ele depende da ajuda militar dos EUA. Portanto, Israel vem tentando ampliar essa margem para tomar decisões à revelia dos EUA.

Do ponto de vista dos EUA, os desenvolvimentos dos últimos meses favorecem ou dificultam os objetivos traçados?

Países como Paquistão, Turquia e Catar têm pressionado para os EUA manterem no horizonte a possibilidade de negociação. Mas nós sabemos que, após os EUA matarem o aiatolá Ali Khamenei e tentarem decapitar o regime, o Irã está determinado, mais do que nunca, a seguir adiante com o conflito, mesmo que por outros meios que não a guerra direta com os EUA. Trump tinha como objetivo mudar o regime do Irã, mas isso não ocorreu. Agora, ele vai improvisando tentativas de sair do conflito, mas o fato é que vão confluindo as dificuldades na guerra com as internas. O Trump meio zozno é o que temos agora. (Silvio Queiroz)

Paulo Delgado



contato@paulodelgado.com.br

O SOFRIMENTO MODERNO DO MUNDO

Regular um acontecimento histórico e tecnológico tão complexo como a inteligência artificial não vai deter sua sina dominadora. Mas pode tornar mais visível a falta de sensibilidade e razão com que se move a sociedade da paixão e do espetáculo que nos domina. O relógio corre, e o Brasil está parado.

Quando o dono da fábrica pede mais fiscalização sobre a própria fábrica, convém prestar atenção. Dario Amodei, CEO da Anthropic, advertiu que os modelos de inteligência artificial (IA) de fronteira representam riscos reais de segurança pública e de segurança nacional. E a personalidade humana, acrescento. Por tal razão, um dos mais altos executivos do próprio setor defendeu que sistemas de IA sejam regulados como o são aeronaves e medicamentos.

Amodei não é um alarmista de ocasião. Pesquisador e empreendedor americano, foi vice-presidente de pesquisa da OpenAI, dona do ChatGPT, antes de participar da fundação da Anthropic, empresa por trás do Claude. Ele tem ligação direta com as duas séries de grandes

modelos de linguagem mais usadas no Ocidente. E conhece bem, e em primeira mão, o que essas máquinas digitais podem e poderão fazer.

Em seu recente ensaio Policy on the AI Exponential, deste junho, Amodei argumenta que, enquanto a IA avança em velocidade extraordinária, governos e legislaturas movem-se devagar. Sua proposta central toma a aviação como modelo: modelos de fronteira passariam por testes obrigatórios conduzidos por terceiros, com poder governamental de bloquear ou reverter a implantação dos que falharem.

Se o descompasso entre a exponencial tecnológica e a lentidão institucional persistir por mais um ou dois anos, os países centrais terão problemas — os periféricos terão problemas maiores. O Brasil, consumidor deslumbrado e intensivo de modelos desenvolvidos fora, sem poder de barganha sobre seus criadores, estará sob risco substantivo: na segurança digital, no mercado de trabalho, na integridade eleitoral e na proteção dos mais vulneráveis.

E o que faz o Brasil? Anda devagar,

justamente onde não pode. O PL 2338/2023, marco legal da IA, foi aprovado em votação simbólica no Senado, mas não por unanimidade, em dezembro de 2024, e tramita na Câmara dos Deputados à espera de votação final. A votação vem sendo adiada. Em que dimensão — técnica, política, econômica ou pessoal — ocorrem as divergências entre governo e Congresso? Qual a tipologia da autoridade necessária capaz de entender, de maneira cega ou penetrante, o que vai pelo mundo e o que se passa no coração dos brasileiros integralmente capturados pelo mal da IA? Tudo agravado pelo fato de que o PL não enfrenta com coragem os desafios que busca regular.

E há a sombra do calendário eleitoral. OTSE, que teve muito trabalho para garantir a lisura do pleito de 2022, antes da IA, não demonstra estar preparado para o que pode ser colocado em prática neste 2026. E o Congresso não ajuda, nem o Executivo se move significativamente.

Ainda que nosso problema seja urgente e sua regulação precise começar por Brasília, regular dentro de casa, porém, não basta. O risco

é global, transfronteiriço por natureza: um modelo treinado na Califórnia afeta eleições em outros países e empregos em qualquer cidade, seja Belo Horizonte, Manaus, ou Porto Alegre. Por isso, à regulação doméstica — com agências dotadas de corpo técnico e mandato claro — deve somar-se um esforço multilateral vigoroso, em que o Brasil, se usar sua boa tradição diplomática, tem legitimidade para atuar.

Para fazer isso funcionar precisamos de uma abordagem tripartite. O governo, sozinho, não é suficiente nem apropriado — falta-lhe velocidade e conhecimento técnico de fronteira. O setor empresarial sozinho nada resolve — não cabe ao regulado escrever sua própria regra, sobretudo quando todos os principais players são estrangeiros. E a sociedade civil, as organizações não governamentais, as associações de classe e a academia, isoladas, ainda que

sua voz seja fundamental, dormem em letargia civil.

Ou se estabelecem parcerias e colaborações, ou não se chega a lugar algum. É a história de toda regulação complexa bem-sucedida: aviação, fármacos, sistema financeiro. Nenhuma nasceu de um ator só, mas nenhuma prescindiu do Estado.

A governança da IA nos convida a reaprender a gestão pública e a gestão da economia como um todo, para além da falsa dicotomia entre público e privado.

Amodei comparou o sistema político a uma criatura sábia, porém, lenta demais para reagir ao machado que derruba a floresta. E é bom lembrar que o cabo do machado também foi árvore. Ignorar a força letal da IA é, para o Brasil, mais que imprudência: seria abdicar de moldar o próprio futuro e escancarar o país para perigos severos.

PAULO DELGADO é sociólogo